

ATA DA 335ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 12 de dezembro de 2016

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às catorze horas, foi realizada a trecentésima trigésima quinta, Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua Correia de Araújo, nº 93, Graças, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros(as): Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Lourdes Viana Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Cássia Valéria de Souza, suplente da Secretaria de Educação; Daniëlle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Patrícia Almeida, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Elisângela Pereira da Silva, suplente da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco; José Ricardo de Oliveira, titular do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Solange Loureiro, suplente da Secretaria da Saúde; Daniel Pereira Barros, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; José Rinaldo Carvalho da Silva, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social; Eliane Maria de Castro Silva, suplente da Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil – ISNEB; Tarciana dos Santos Castelo Branco, suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA: A diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Evanildo Sá, Irani do Carmo, João Vianey, Ana Elizabeth Harle de Castro, e o convidado: Profº Dr. Luís de La Mora. A presente Assembleia Ordinária firmou como objetivo viabilizar reflexões e aprofundamento de conhecimentos com foco na complementaridade institucional, entendida pela pluralidade de papéis e de identidades dos Conselhos e Conselheiros de Direitos em espaço democrático de atuação; refletir, ainda, sobre a complementaridade na construção de políticas públicas, tomando como princípio a convergência dos objetivos como basilar à atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Após verificar o quórum, a Presidente do Conselho procedeu a apresentação do palestrante Prof. Dr. Luis de La Mora - Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris - Sorbonne. Especialista em Urbanismo, Instituto de Urbanismo de Paris. Professor Aposentado - Associado I - UFPE. Coordenador da Comunidade

35 Interdisciplinar de Ação Pesquisa e Aprendizado - CIAPA, unidade de produção
 36 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e à Comissão
 37 de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Ex-Presidente da FEBEM, no Governo de
 38 Miguel Arraes (1987/1989). Ex-Presidente do Conselho Estadual e Municipal de Recife
 39 (anos 90). Ex-Secretário Executivo de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife,
 40 década de 1990. Autor de livro sobre 10 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
 41 Prosseguindo, solicitou que os conselheiros e demais presentes se apresentassem e,
 42 logo após, passou a palavra ao palestrante. Dando início, o professor esclareceu que o
 43 trabalho que se propõe realizar não se trata de uma palestra, mas de uma conversa,
 44 cujo o espaço de fala a ele é familiar, dada sua presença histórica no Conselho.
 45 Seguindo os registros de memória, o palestrante, reafirmou sua participação na
 46 elaboração dos marcos normativos que constituíram o Conselho, referindo-se ao
 47 cuidado para caracterizá-lo como órgão com competência para formular, coordenar,
 48 controlar e fiscalizar a execução da política de atendimento à criança e adolescente no
 49 estado de Pernambuco. Acrescentou que o momento histórico era favorável e que a
 50 introdução do Art. 227 na Constituição Federal, afirmando a doutrina da prioridade
 51 absoluta e do Art. 204 que assegura a participação da população, por meio de
 52 organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em
 53 todos os níveis, foram basilares na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.
 54 Sintetizou, afirmando que a luta estava centrada no rompimento com a cultura
 55 assistencialista, paternalista e repressiva como diretriz estruturante da política para
 56 crianças e adolescente. Acrescentou que na condução da política a sociedade e os
 57 órgãos de governo devem estar integrados. Afirmou ainda, que para integrar se faz
 58 necessário identificar potencialidades e colocá-las a serviço da construção coletiva.
 59 Para construção de políticas dialogadas implica, também, tratar os movimentos sociais
 60 com respeito, não domesticá-los e colocar a serviço do governo. Afirma, que no
 61 momento conturbado pelo qual passa o País, é imprescindível identificar a necessidade
 62 da luta pela manutenção do Estatuto, garantir as causas pétreas, da prioridade absoluta
 63 e a proteção integral. Expôs na sua apresentação três concepções de estado:
 64 clientelista, maniqueísta e consciente. Defendeu o estado consciente como aquele que
 65 administra em seus fundamentos a articulação, a colaboração e a cogestão conscientes.
 66 Acrescentou que defende a democracia, mesmo com suas imperfeições, porque diante
 67 das imperfeições ainda é o mais perfeito. Nesse sentido, chamou a atenção para

articulação equivocada, ou seja, quando se articular fragilidade com fragilidade. Advoga que se faz necessário articular a rigidez do estado com a flexibilidade da sociedade civil, respeitar as diferenças e articular as positivities, mediatizado pelo o elemento de convergência: a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Faz-se necessário tornar consciente que na promoção dos direitos de crianças e adolescente nós não somos os sujeitos, os sujeitos são eles, nós somos os instrumentos. Alertou, que a solução nem sempre vem de fora. Lembrou que as portas também se abrem e se fecham por dentro. Aconselhou que devemos empreender uma vigilância constante sobre o nosso sotaque materno, em favor da construção de uma segunda língua. Educar o clima de nossas hostilidades e tomar a decisão de mudar. Após a exposição dialogada, os conselheiros Daniel Pereira Barros e José Ricardo Carvalho da Silva, teceram reflexões, reafirmando a importância de se fortalecer o Conselho como espaço privilegiado de formação e construção de saberes coletivos. Na mesma acepção, a conselheira Danielle de Belli Claudino agradeceu ao palestrante, demarcando a importância do estudo para o momento atual. Por fim, esclarece que a fala de do Professor Luís de La Mora, além de ajudar na compreensão do momento atual pelo qual passa o Conselho nos seus nexos com o futuro, pode ser caracterizada como uma grandiosa aula sobre concepções de estado, melhor dizendo, uma verdadeira aula de Sociologia Política. Ainda no mesmo sentido a conselheira Tarciana dos Santos Castelo Branco, agradeceu ao palestrante e destacou a clareza e delicadeza com a qual resgata a construção histórica do Conselho, alertando para os desafios que foram postos e a necessidade de se rever algumas posturas observadas durante plenos passados. Prosseguindo, a técnica Irani do Carmo propôs para processo de formação subsequente a temática das políticas públicas estruturantes na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, com ênfase nas suas interfaces. Prosseguindo, a presidente agradece a presença e participação de todos (as), dando por encerrada a Assembleia.

Lourdes Viana Vinokur